

Hotelaria açoriana tem mais 570 trabalhadores do que no ano passado, duplicou os custos com pessoal e duplicou os proveitos

A hotelaria tradicional dos Açores já obteve como proveitos totais, até Agosto deste ano, mais de 87 milhões de euros, quando no mesmo período do ano passado tinham sido 40 milhões de euros.

Segundo os dados que o nosso jornal conseguiu obter, também até Agosto deste ano a hotelaria tradicional açoriana tinha 2.813 trabalhadores, mais 570 do que em igual período do ano anterior.

Os custos com pessoal até Agosto deste ano já ultrapassaram os 24 milhões de euros, quando no ano passado, em igual período, foram 14 milhões de euros.

No país, os proveitos totais aumentaram 53,6% para 797,0 milhões de euros e os proveitos de aposento atingiram 639,0 milhões de euros, refletindo um crescimento de 54,9%.

Comparando com agosto de 2019, registaram-se aumentos de 24,9% e 25,7%, nos proveitos totais e de aposento, respetivamente.

Rendimento por quarto ligeiramente acima nos Açores

O rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) situou-se em 102,2 euros em agosto (102,4 euros nos Açores) e o rendimento médio por quarto ocupado (ADR) atingiu 137,2 euros, os valores mais elevados desde que há registo (+41,8% e +17,8% face a agosto de 2021).

Em relação a agosto de 2019, o RevPAR aumentou 21,1% e o ADR cresceu 18,1%.

Rendimento médio por quarto em Agosto foi de 102,4 euros, ligeiramente acima da média nacional, e tivemos menos residentes



Nos primeiros oito meses de 2022, considerando a generalidade dos meios de alojamento (estabelecimentos de alojamento turístico, campismo e colónias de férias e pousadas da juventude), registaram-se 19,4 milhões de hóspedes e 52,8 milhões de dormidas, correspondendo a crescimentos de 122,0% e 121,6%, respetivamente.

Comparando com mesmo período de 2019, as dormidas diminuíram 3,0% (+4,4% nos residentes e -6,9% nos não residentes).

Em agosto, registaram-se aumen-

tos das dormidas em todas as regiões.

O Algarve concentrou 32,2% das dormidas, seguindo-se a AM Lisboa (21,1%), o Norte (16,5%) e o Centro (11,6%).

Menos residentes nos Açores

Comparando com agosto de 2019, apenas o Algarve registou um decréscimo (-7,1%).

Os aumentos mais expressivos ocorreram na RA Madeira (+16,9%) e no Norte (+15,9%).

Relativamente às dormidas de residentes, apenas na RA Açores e no Algarve decresceram (-3,6% e -2,8%, respetivamente), tendo-se observado o maior crescimento na RA Madeira (+53,3%), seguida do Norte (+14,4%) e Centro (+14,3%).

As dormidas de não residentes aumentaram no Norte (+17,0%), RA Madeira (+9,3%) e RA Açores (+7,1%), tendo-se observado as maiores diminuições no Algarve (-9,6%) e Alentejo (-8,4%).

Na AM Lisboa, a variação foi nula.

Afinal taxa turística regional poderá ser suspensa durante dois anos



O deputado independente (ex-Chega) no parlamento açoriano, que votou a favor da taxa turística regional,

revelou ter apresentado uma proposta de alteração ao diploma para suspender durante dois anos o pagamento, previsto a partir de janeiro.

O independente Carlos Furtado explicou que a proposta de alteração ao decreto legislativo regional aprovado em abril já deu entrada nos serviços da Assembleia Legislativa Regional, “com pedido de encurtamento do prazo para ser discutido em comissão”, tendo em vista travar a medida antes da entrada em vigor, em janeiro de 2023.

A iniciativa prevê também alterações no método de distribuição das receitas da taxa, prevendo que, após 31 de dezembro de 2024 (a data indicada para a conclusão da suspensão), 20% do valor reverta para as unidades de alojamento que façam a cobrança da taxa, “sendo que os restantes 80% são divididos em igual percentagem entre

os municípios onde se regista a dormida e o Governo Regional”.

Carlos Furtado explicou que pretendeu “dar resposta a algumas das críticas feitas à proposta aprovada, nomeadamente pelos municípios”.

Quanto à suspensão, a proposta de Carlos Furtado propõe que seja até 31 de dezembro de 2024.

A criação de uma taxa turística nos Açores foi aprovada em abril no parlamento regional com 28 votos a favor, do deputado do PAN, autor da versão inicial do documento, do PS, BE e do deputado independente.

O deputado da Iniciativa Liberal (IL), o deputado do Chega e as bancadas dos partidos do Governo (PSD/CDS-PP/PPM), que somam 27 parlamentares, votaram contra a cobrança de um euro diário até ao máximo de quatro euros, a partir de 2023.

Agora, Carlos Furtado alerta para

“o aumento violento das taxas de juro que se tem verificado nos últimos meses, a par da inflação histórica que se tem registado a nível internacional” para defender que “os próximos tempos possam ser de algum arrefecimento da atividade turística na região”.

“Estes elementos vão seguramente condicionar a disponibilidade financeira das pessoas para realizarem planos de férias”, disse, em comunicado.

Para o deputado, acrescentar uma taxa turística às atividades do setor pode “criar uma imagem que pode provocar a rejeição do público alvo para com os Açores”.

Empresários do setor, municípios e o próprio Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM) sempre se manifestaram contra a taxa turística nos moldes em que foi aprovada no parlamento.